



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.436-A, DE 2025

(Da Sra. Duda Salabert)

Altera a Lei nº 12.587/2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana; tendo parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano, pela aprovação (relator: DEP. YURY DO PAREDÃO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
DESENVOLVIMENTO URBANO;
VIAÇÃO E TRANSPORTES E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,
RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Desenvolvimento Urbano:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Duda Salabert - PDT/MG

PROJETO DE LEI Nº ___, DE 2025

(Sra. Duda Salabert)

Altera a Lei nº 12.587/2012, que institui a
Política Nacional de Mobilidade Urbana.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O inciso VI do artigo 4º da Lei 12.587 de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 4º Para os fins desta Lei, considera-se:

VI - transporte público coletivo: serviço público de transporte de passageiros acessível a toda a população, com itinerários fixados pelo poder público;” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta atualiza o conceito de transporte público coletivo na Política Nacional de Mobilidade Urbana, ao desvincular o serviço da exigência de pagamento direto pelo usuário. O objetivo é reafirmar que o transporte é um direito social, essencial para a efetivação de outros direitos fundamentais, como saúde, educação, trabalho, lazer e acesso à seguridade social. Na prática, as tarifas funcionam como barreira econômica, especialmente para a população de baixa renda, aprofundando desigualdades e limitando oportunidades.



Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 840 | CEP 70160-900 – Brasília – DF
(61) 3215-5840 | dep.dudasalabert@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251799330000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duda Salabert





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Duda Salabert - PDT/MG

Ao reconhecer o transporte coletivo como serviço universal e acessível, a proposição estabelece base normativa para que políticas públicas de mobilidade avancem em direção à justiça social, à sustentabilidade ambiental e à redução da dependência do transporte individual motorizado.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 2025.

Deputada DUDA SALABERT
PDT/MG

OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RELACIONADO



A presente indicação pretende contribuir com o alcance de vários dos objetivos presentes no ODS 11 - Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.



Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 840 | CEP 70160-900 – Brasília – DF
(61) 3215-5840 | dep.dudasalabert@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251799330000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duda Salabert





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 12.587, DE 3 DE
JANEIRO DE 2012**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201201-03;12587>

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 4.436, DE 2025

Altera a Lei nº 12.587/2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Autora: Deputada DUDA SALABERT

Relator: Deputado YURY DO PAREDÃO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria da ilustre Deputada Duda Salabert, tenciona alterar o inciso VI do artigo 4º da Lei 12.587, de 2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), para desvincular o conceito de transporte público coletivo da exigência de pagamento individualizado pelo usuário.

Na justificação, a Autora argumenta que a proposta busca reafirmar o transporte como direito social essencial para a efetivação de outros direitos fundamentais, como saúde, educação, trabalho e lazer. Sustenta que as tarifas funcionam como barreira econômica, especialmente para a população de baixa renda, aprofundando desigualdades e limitando oportunidades.

O projeto foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Urbano; Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 RICD). A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.



É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Vem a esta Comissão de Desenvolvimento Urbano o Projeto de Lei nº 4.436, de 2025, que busca alterar a conceituação de transporte público coletivo na Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), suprimindo a exigência de pagamento individualizado como elemento definidor do serviço.

Nos aspectos em que cabe análise desta Comissão, entendemos que a alteração proposta revela-se meritória e traz sinalização relevante para a política de mobilidade urbana brasileira. O projeto não impõe modelo único de financiamento ou determina a implementação obrigatória de tarifa zero, mas remove o engessamento conceitual que vincula obrigatoriamente o transporte público ao pagamento direto pelo usuário. Essa flexibilização normativa permite que os entes federativos adotem diferentes modalidades de custeio – tarifa zero total ou parcial, subsídios governamentais, financiamento tributário ou modelos mistos –, conforme suas realidades locais, capacidades orçamentárias e prioridades políticas.

O transporte foi incluído no rol de direitos sociais do artigo 6º da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015. A alteração trazida no projeto sob análise harmoniza a legislação infraconstitucional com esse entendimento constitucional, reconhecendo que o acesso ao transporte público coletivo não deve depender necessariamente da capacidade de pagamento individual do cidadão, mas constitui condição essencial para o exercício de outros direitos como trabalho, educação, saúde e lazer.

Ademais, a alteração está em consonância com os princípios da própria PNMU estabelecidos no artigo 5º da Lei nº 12.587, de 2012, especialmente a acessibilidade universal, o desenvolvimento sustentável, a equidade no acesso ao transporte público e a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços.

Diante do exposto, nos aspectos em que cabe análise desta Comissão de Desenvolvimento Urbano, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 4.436, de 2025.



Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado YURY DO PAREDÃO
Relator





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 4.436, DE 2025

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Desenvolvimento Urbano, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.436/2025, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Yury do Paredão.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Yury do Paredão - Presidente, Antônio Doido, Joseildo Ramos, Natália Bonavides, Saulo Pedroso, Toninho Wandscheer, Cobalchini, Denise Pessôa, Eli Borges, Fernando Monteiro, Hildo Rocha, Icaro de Valmir, Jilmar Tatto, Max Lemos, Paulo Litro, Rafael Simoes e Talíria Petrone.

Sala da Comissão, em 03 de dezembro de 2025.

Deputado YURY DO PAREDÃO
Presidente

